

Regina Helena Costa

CURSO DE

DIREITO TRIBUTÁRIO

CONSTITUIÇÃO E CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

12ª edição

2022

saraiva  jur

1216263

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 3º andar
Bela Vista – SP – CEP 01310-100**SAC** | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteadó

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dailia Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Iris Ferrão

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Nogueira Secondo

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa
Kelli Priscila Pinto
Klariene Girardi

Diagramação Negrito Design
Revisão Rita Sorrocha
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marii Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

C837c Costa, Regina Helena

Curso de Direito Tributário: Constituição e Código Tributário Nacional / Regina Helena Costa. - 12. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2022.
504 p.

ISBN 978-65-5362-329-3 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Tributário. 3. Constituição. 4. Código Tributário Nacional. I. Título.

COD 341.27
CDU 342.7

2021-3906

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário 341.27
2. Direito Tributário 342.7

Data de fechamento da edição: 22-11-2021Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607291 CAE 785425

Sumário

<i>Sobre a Autora</i>	5
<i>Abreviaturas</i>	7
<i>Apresentação</i>	17
<i>Nota à 12^a edição</i>	19
<i>Nota à 11^a edição</i>	21
<i>Nota à 10^a edição</i>	23
<i>Nota à 9^a edição</i>	25
<i>Nota à 8^a edição</i>	27
<i>Nota à 7^a edição</i>	29
<i>Nota à 6^a edição</i>	31
<i>Nota à 5^a edição</i>	33
<i>Nota à 4^a edição</i>	35
<i>Nota à 3^a edição</i>	37
<i>Nota à 2^a edição</i>	39

Parte I – Fundamentos do Direito Tributário

1. A tributação e os direitos fundamentais	43
1.1. Conceito de tributação.....	43
1.2. Tributação e direitos fundamentais.....	44
1.3. Escorço histórico da tributação.....	47
2. Perfil do Direito Tributário.....	50
2.1. Conceito e objeto.....	50
2.2. Autonomia.....	50
2.3. Relacionamento com outros ramos do Direito	52
3. Fontes do Direito Tributário.....	55
3.1. Conceito e espécies.....	55
3.2. Fontes legislativas	55
3.2.1. Constituição da República	55
3.2.2. Lei complementar.....	58

3.2.3. Lei ordinária.....	62
3.2.4. Medida provisória	62
3.2.5. Decreto legislativo.....	64
3.2.6. Resolução.....	64
3.3. Atos administrativos normativos.....	65
3.3.1. Decretos.....	65
3.3.2. Instruções.....	66
3.4. Jurisprudência.....	67
3.5. Doutrina	68

Parte II – Sistema Constitucional Tributário

1. A disciplina constitucional da tributação	71
1.1. O sistema tributário nacional.....	71
1.2. Normas tributárias fora do capítulo do sistema tributário nacional	75
1.3. As alterações promovidas por emendas constitucionais.....	77
2. Competência tributária.....	80
2.1. Conceito e características.....	80
2.2. Repartição de competências tributárias.....	82
2.3. Fiscalidade, extrafiscalidade e para-fiscalidade.....	85
2.4. Bitributação e <i>bis in idem</i>	87
3. Limitações ao poder de tributar.....	88
3.1. Considerações gerais.....	88
3.2. Princípios constitucionais	89
3.2.1. Princípios gerais com especial repercussão no âmbito tributário.....	91
3.2.1.1. Segurança jurídica	91
3.2.1.2. Dignidade da pessoa humana.....	92
3.2.1.3. Isonomia.....	93
3.2.1.4. Legalidade.....	94
3.2.1.5. Princípio republicano.....	95
3.2.1.6. Princípios federativo e da autonomia municipal.....	95
3.2.1.7. Moralidade	96
3.2.1.8. Supremacia do interesse público sobre o particular	97
3.2.1.9. Função social da propriedade.....	97
3.2.2. Princípios específicos.....	98
3.2.2.1. Legalidade tributária.....	99
3.2.2.2. Anterioridade da lei tributária: genérica, especial e nona-gesímal.....	101
3.2.2.3. Irretroatividade da lei tributária.....	105
3.2.2.4. Praticabilidade tributária.....	106
3.2.2.5. Não obstância do exercício de direitos fundamentais por via da tributação	108

3.2.2.6.	Generalidade da tributação.....	109
3.2.2.7.	Capacidade contributiva.....	110
3.2.2.8.	Solidariedade contributiva	112
3.2.2.9.	Vedação da utilização de tributo com efeito de confisco	114
3.2.2.10.	Não limitação ao tráfego de pessoas e bens	115
3.2.2.11.	Uniformidade geográfica, vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações da dívida pública e da remuneração dos servidores e vedação à isenção heterônoma	116
3.2.2.12.	Não diferenciação tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino.....	117
3.3.	Imunidades.....	118
3.3.1.	Conceito.....	118
3.3.2.	Classificação.....	119
3.3.3.	Imunidades genéricas	121
3.3.3.1.	Imunidade recíproca	123
3.3.3.2.	Templos de qualquer culto	124
3.3.3.3.	Imunidades contidas no art. 150, VI, c.....	125
3.3.3.3.1.	Partidos políticos e suas fundações.....	129
3.3.3.3.2.	Entidades sindicais de trabalhadores	130
3.3.3.3.3.	Instituições de educação e de assistência social.....	131
3.3.3.4.	Livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.....	138
3.3.3.5.	Fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a <i>laser</i>	140
3.3.4.	Imunidades específicas	140
4.	Tributo e suas espécies	145
4.1.	Conceito constitucional de tributo.....	145
4.2.	Definição legal	145
4.3.	Espécies.....	148
4.3.1.	Impostos	150
4.3.1.1.	Classificação dos impostos	152
4.3.2.	Taxas.....	154
4.3.2.1.	Taxa de polícia	155
4.3.2.2.	Taxa de serviço.....	157
4.3.2.3.	Pedágio.....	159
4.3.2.4.	Taxa e tarifa	160
4.3.3.	Contribuição de melhoria	163

4.3.4. Empréstimo compulsório.....	166
4.3.5. Contribuições.....	168
4.3.5.1. Contribuições sociais.....	170
4.3.5.2. Contribuições interventivas (CIDEs)	173
4.3.5.3. Contribuições no interesse de categorias profissionais ou econômicas.....	178
4.3.5.4. Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública...	179

Parte III – O CTN e Suas Normas Gerais

1. O papel do Código Tributário Nacional	183
2. Capacidade tributária ativa.....	187
3. Legislação tributária: vigência, interpretação, integração e aplicação	190
3.1. Legislação tributária.....	190
3.2. Vigência: conceito	194
3.2.1. Vigência no tempo	195
3.2.2. Vigência no espaço.....	196
3.3. Interpretação e seus métodos.....	197
3.4. Integração da legislação tributária	204
3.5. Aplicação da legislação tributária.....	206
4. Obrigação tributária	210
4.1. Obrigação tributária: principal e acessória	210
4.2. A dissensão doutrinária.....	211
4.3. Relação jurídica sancionatória.....	215
4.4. Críticas.....	215
5. Fato gerador.....	217
5.1. Fato gerador: conceito	217
5.2. A disciplina do CTN.....	218
5.3. A hipótese de incidência tributária e seus aspectos.....	224
5.3.1. Antecedente: aspectos material, espacial e temporal.....	225
5.3.2. Consequente: aspecto pessoal.....	226
5.3.2.1. Sujeito ativo	227
5.3.2.2. Sujeição passiva tributária: considerações gerais	228
5.3.2.3. Solidariedade.....	230
5.3.2.4. Capacidade tributária passiva.....	232
5.3.2.5. Domicílio tributário	234
5.3.3. Sujeição passiva indireta ou responsabilidade no CTN	235
5.3.3.1. Sucessão	238
5.3.3.2. Responsabilidade em sentido estrito.....	242

5.3.3.3.	Substituição	245
5.3.3.4.	Nossa opinião.....	248
5.4.	Consequente: aspecto quantitativo	249
6.	Crédito tributário e lançamento	253
6.1.	Crédito tributário: conceito	253
6.2.	Lançamento: conceito, natureza jurídica e eficácia.....	254
6.2.1.	Critérios para o lançamento	258
6.2.2.	Modalidades	262
6.2.3.	O lançamento por homologação e suas peculiaridades	265
7.	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	270
7.1.	Considerações gerais.....	270
7.2.	Hipóteses	273
7.2.1.	Moratória.....	273
7.2.2.	Depósito do montante integral.....	275
7.2.3.	Reclamações e recursos administrativos.....	278
7.2.4.	Concessão de medida liminar em mandado de segurança ou em outra ação, ou de tutela antecipada.....	278
7.2.5.	Parcelamento.....	280
8.	Extinção do crédito tributário.....	283
8.1.	Introdução	283
8.2.	Pagamento e suas modalidades: considerações gerais.....	285
8.2.1.	Imputação do pagamento.....	288
8.2.2.	Consignação em pagamento.....	289
8.2.3.	Pagamento indevido e restituição do indébito	290
8.2.4.	Conversão de depósito em renda.....	297
8.2.5.	Pagamento antecipado e homologação do lançamento	298
8.2.6.	Dação em pagamento	298
8.3.	Compensação.....	299
8.4.	Transação.....	302
8.5.	Remissão	303
8.6.	Decadência	305
8.7.	Prescrição	308
8.8.	Decisão administrativa irreformável	310
8.9.	Decisão judicial passada em julgado	311
9.	Exclusão do crédito tributário.....	313
9.1.	Considerações gerais.....	313
9.2.	Isenção: perfil constitucional	314
9.2.1.	Isenção e imunidade	315

9.2.2. Espécies de isenções.....	317
9.2.3. A disciplina do Código Tributário Nacional	317
9.2.4. Isenção e alíquota zero.....	320
9.3. Anistia	321
10. Infrações e sanções tributárias	324
10.1. A relação sancionatória	324
10.2. Modalidades de sanções tributárias	324
10.3. Sanções políticas.....	325
10.4. Princípios gerais do direito sancionatório	326
10.5. A disciplina do Código Tributário Nacional	329
10.6. Denúncia espontânea.....	331
11. Garantias e privilégios do crédito tributário	335
11.1. Conceitos	335
11.2. A disciplina do Código Tributário Nacional	336
12. Administração tributária	345
12.1. Conceito de Administração Tributária e sua disciplina constitucional ..	345
12.2. A disciplina do Código Tributário Nacional	347
12.2.1. Fiscalização	347
12.2.2. Dívida ativa	358
12.2.3. Certidões negativas	362

Parte IV – Impostos em Espécie

1. Impostos federais	369
1.1. A competência da União em matéria de impostos	369
1.2. Imposto de Importação	370
1.2.1. Perfil constitucional	370
1.2.2. Aspectos da hipótese de incidência	371
1.3. Imposto de Exportação.....	373
1.3.1. Perfil constitucional	373
1.3.2. Aspectos da hipótese de incidência	374
1.4. Imposto sobre a Renda – IR	377
1.4.1. Perfil constitucional	377
1.4.2. Aspectos da hipótese de incidência	379
1.4.3. Imposto sobre a Renda de Pessoa Física – IRPF	381
1.4.4. Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ	384
1.5. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	386
1.5.1. Perfil constitucional	386

1.5.2.	Aspectos da hipótese de incidência	389
1.6.	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	392
1.6.1.	Perfil constitucional	392
1.6.2.	Aspectos da hipótese de incidência	393
1.7.	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.....	396
1.7.1.	Perfil constitucional	396
1.7.2.	Aspectos da hipótese de incidência	397
1.8.	Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF.....	401
1.8.1.	Perfil constitucional	401
2.	Impostos estaduais.....	402
2.1.	A competência dos Estados-membros e do Distrito Federal em matéria de impostos	402
2.2.	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCMD.....	402
2.2.1.	Perfil constitucional	402
2.2.2.	Aspectos da hipótese de incidência	404
2.3.	Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	405
2.3.1.	Considerações gerais.....	405
2.3.2.	Perfil constitucional	406
2.3.3.	O papel da lei complementar.....	410
2.3.4.	Aspectos da hipótese de incidência	412
2.4.	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	417
2.4.1.	Perfil constitucional	417
2.4.2.	Aspectos da hipótese de incidência	417
3.	Impostos municipais	420
3.1.	A competência dos Municípios em matéria de impostos.....	420
3.2.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	420
3.2.1.	Perfil constitucional	420
3.2.2.	Aspectos da hipótese de incidência	425
3.3.	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.....	427
3.3.1.	Perfil constitucional	427
3.3.2.	Aspectos da hipótese de incidência	428
3.4.	Imposto sobre Prestações de Serviços de Quaisquer Natureza – ISSQN	430
3.4.1.	Perfil constitucional	430
3.4.2.	O papel da lei complementar.....	431
3.4.3.	Aspectos da hipótese de incidência	434

Parte V – Noções sobre as Relações Processuais em Matéria Tributária

1. Considerações gerais	441
1.1. Introdução: existe um “processo tributário”?	441
1.2. Algumas palavras sobre o controle de constitucionalidade em matéria tributária.....	443
2. Aspectos do processo administrativo tributário.....	448
2.1. Introdução.....	448
2.2. A processualidade no plano constitucional	448
2.3. Objeto do processo administrativo tributário	451
2.4. Fases do processo administrativo tributário.....	451
2.5. A consulta.....	453
2.6. Perspectivas.....	453
3. Aspectos das ações judiciais utilizadas pelos sujeitos das relações tributárias.	456
3.1. Considerações iniciais	456
3.2. Tutela de urgência em matéria tributária.....	456
3.3. Ações do sujeito passivo contra o Fisco	457
3.3.1. Mandado de segurança.....	457
3.3.2. Ações anulatória e declaratória do indébito tributário	458
3.3.3. Ação de repetição do indébito	459
3.3.4. Ação de compensação.....	460
3.4. Ações do Fisco contra o sujeito passivo	461
3.4.1. Medida cautelar fiscal	461
3.4.2. Execução fiscal.....	462

Parte VI – Outros Temas

1. Necessidade de alterações no Imposto sobre a Renda de Pessoa Física	469
2. Ação civil pública em matéria tributária	471
3. Repercussão geral em matéria tributária: breves reflexões.....	478
<i>Referências bibliográficas</i>	487
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	493